

QUESTÕES DE SEMIÓTICA E DE GRAMÁTICA EM COMENTÁRIOS JORNALÍSTICOS

(Semiotics and grammar issues on journalistic comments)

Carla Teixeira*

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa)

ABSTRACT

This paper aims the comment as a journalistic practice within an eighteen journalistic texts corpus, labelled with the self referential markers opinion and comment. Combining an analysis of the verbal and non verbal elements, framed by the approaches of the Sociodiscursive Interacionism and Grammar Visual Design, the images reflect an individual action language in accordance with the activity language of commenting. For the verbal elements corpus analysis, specifically, we propose the observation of three kinds of aspects, enunciative, time and reference construction, regarding a practice of acting on commenting national or political issues.

Keywords: *activity language, action language, self referential markers, comment.*

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre o comentário enquanto prática jornalística a partir de um corpus de dezoito textos jornalísticos, etiquetados com os marcadores autorreferenciais opinião e comentário. Conjugando uma análise dos elementos verbais e não verbais, enquadrada pelas abordagens do interacionismo sociodiscursivo e da gramática do design visual, considera-se que as imagens indiciam uma ação de linguagem individual decorrente da atividade de linguagem comentar. Para a análise dos elementos verbais do corpus, propõe-se a observação de três aspetos, enunciativos, temporais e referenciais, que apontam uma prática de agir de comentário sobre o quotidiano nacional ou político.

Palavras-chave: *atividade de linguagem, ação de linguagem, marcadores autorreferenciais, comentário.*

Introdução¹

Este estudo integra o projeto CoRUS, Conhecimento, Representação e Uso [UID/LIN/03213/2013], do grupo Gramática & Texto, pertencente ao Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), que visa tratar *o comentário*² enquanto objeto de

* Investigadora doutorada do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Tem enquadrado a sua investigação no interacionismo sociodiscursivo e escrito artigos sobre o agir, os géneros e os textos. No âmbito do projeto CoRUS, Conhecimento, Representação e Uso (UID/LIN/03213/2013), desenvolve investigação com uma bolsa de pós-doutoramento no CLUNL, orientada pela Prof. Doutora Maria Antónia Coutinho.

¹ O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), no âmbito do projeto UID/LIN/03213/2013.

² O *corpus* do projeto ainda se encontra em constituição, pelo que, neste contexto se, opta por *comentário* como designação dos géneros textuais que apresentem esta etiqueta ou equivalente.

estudo linguístico. Com este fim, o projeto observará textos e respetivas formas e construções que os compõem para descrever o modo como o *comentário* está socialmente instituído. Este trabalho será especificamente dedicado ao *comentário jornalístico*.

Deste modo, o projeto sobre o *comentário* em diferentes práticas sociais, pretende relacionar modelos de análise estritamente linguística com abordagens de natureza social, em que a componente linguística interage com outros fatores. Assim, uma conceção não-representacionista da linguagem é assumida, na qual i) uma dimensão coletiva se encontra associada aos contextos de uso, envolvendo fatores de natureza predominantemente praxiológica, e ii) uma dimensão semiótica, inerente à mobilização dos recursos linguísticos relevantes, apresenta-se configurada nos textos e nos discursos, combinando funções de representação (gnosiológica) e comunicativa (praxiológica). Com especial destaque para uma análise transcategorial, os dados desta pesquisa proporcionarão, por exemplo, uma reflexão fundamentada da relação entre conhecimento e uso com base em práticas sociais e textos reais, pelo que, para o presente trabalho se especificam os seguintes objetivos: i) refletir sobre o comentário jornalístico enquanto atividade de linguagem; ii) refletir sobre as diferentes etiquetas que apresentam o comentário na prática jornalística; iii) descrever o *corpus*; iv) identificar categorias de análise linguística para a análise textual do mesmo.

Para tal, de um ponto de vista teórico, serão convocados o interacionismo social, especificamente, o interacionismo sociodiscursivo (doravante, ISD, BRONCKART, 2003, 2008) e a semiótica social, particularmente, a gramática do design visual (GDV, KRESS e VAN LEEUWEN 2006), considerando que o ISD e a GDV estão epistemologicamente relacionados, na constituição do sentido fundada no coletivo. À semelhança de Leal (2011) e de Leal e Teixeira (2016), procurar-se-á compatibilizar os instrumentos de análise textual interacionista com os da GDV, na observação de dezoito textos jornalísticos, admitindo que o momento presente e a possibilidade de apresentar as edições dos jornais no formato digital e de papel ampliam o espaço e importância dedicados a estes textos em Portugal³ e promovem, por exemplo, nas redes sociais, a divulgação dos textos que transmitem uma opinião. Sendo o *corpus* constituído por exemplares do português europeu, as conclusões serão representativas da realidade portuguesa e do género que se identifica e descreve como comentário jornalístico.

³ Presume-se que neste momento em que a sociedade ocidental comunica digitalmente, outros países vivam circunstâncias idênticas.

1. Enquadramento teórico: o social e o signo

Este trabalho inscreve-se no âmbito do programa de trabalhos do ISD que, por sua vez, é orientado pelos princípios epistemológicos do interacionismo social.

O interacionismo social assume uma posição epistemológica geral no campo da filosofia e nas ciências humanas relativamente ao papel do indivíduo na mudança da sociedade ou no seu próprio desenvolvimento, o que é enunciado por autores como Marx, Engels, Vigotsky e Voloshinov. Em comum, as correntes interacionistas defendem a adesão à tese de que “as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de **socialização**, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos **instrumentos semióticos**.” (BRONCKART, 2003, p. 21) Deste modo, o Homem é considerado um organismo vivo com um potencial criador de comunicação, devido à libertação de restrições bio-comportamentais motivada pelas circunstâncias inerentes à sobrevivência da espécie.

Com efeito, as condutas emergentes do comportamento humano manifestam novas capacidades relacionadas com o pensamento e a consciência, o que distingue o Homem perante as outras espécies. Estas aquisições sociocognitivas únicas são, então, fundamentais na autonomização da espécie humana face às condições naturais comuns a todas as espécies, consequentemente o interacionismo opõe-se a interpretações das condutas humanas motivadas por explicações assentes no biologismo inatista ou apreciações sobre aprendizagens baseadas em realidades sociais anteriores. Por isso, o ISD promove o desenvolvimento de uma ciência do humano centrada na descrição do seu agir através dos textos e dos discursos⁴.

Nesse sentido, é de considerar que as condições de produção dos textos podem ser observadas de acordo com as vertentes social, psicológica e semiolinguística, pelo que qualquer texto é produzido num contexto coletivo que corresponde a uma atividade de linguagem, tal como é produzido num contexto individual ao qual corresponde uma ação de linguagem particular. Logo, ainda que se considere o produto de uma ação de linguagem naturalmente individual, este está integrado numa atividade de linguagem desencadeadora de processos semiolinguísticos, como se verifica pelas palavras de Bronckart e Stroumza:

⁴ Entenda-se *discurso* no sentido sociointeracionista, ou seja, relativo aos tipos de discurso.

On peut d'abord définir l'*activité langagière* comme le phénomène collectif d'élaboration et de mise en circulation de textes dont la visée ultime est d'établir une entente sur ce que sont les contextes et les propriétés des activités en général; il s'agit d'une méta-activité, que (re-)sémiotise les représentations humaines dans le cadre des possibilités offertes para une langue naturelle. On peut, ensuite définir l'*action langagière* comme une parte de cette activité, dont la responsabilité est imputée à un agent singulier. Comme tout action, l'action langagière présente à la fois une dimension comportementale ou physique (...) et une dimension sociale (...).⁵ (BRONCKART; STROUMZA, 2002, p. 223)

Para uma reflexão efetiva sobre o contexto social no qual os textos são produzidos, é necessário considerar a relevância da dimensão psicológica que caracteriza as trocas verbais entre os sujeitos. As dimensões social e psicológica estão relacionadas com a noção de género de texto, como modelo comunicativo, e com o texto, como materialização das marcas textuais efetivas do género. Ou seja, todas as condutas humanas estão integradas numa atividade de linguagem à qual corresponde uma ação de linguagem cuja produção textual se relaciona com um género de texto (BRONCKART, 2003, p. 75) que, por sua vez, se encontra *em rede* com outros géneros de texto numa mesma atividade de linguagem⁶.

Considerando este programa de trabalhos, foi necessário desenvolver um dispositivo de análise: o modelo de arquitetura interna textual (BRONCKART, 2003, p. 119-133). Este decompõe-se em três subsistemas de análise de textos: a infraestrutura textual, os mecanismos de textualização e os mecanismos de responsabilização enunciativa. Tendo em conta a complexidade do modelo interacionista, passar-se-á a uma descrição breve do mesmo, salientando os aspetos mais pertinentes para esta investigação.

O subsistema mais profundo é a infraestrutura textual (BRONCKART, 2008, p. 76-85) que observa dois tipos de organização: a organização temática, compreendendo a identificação dos temas convocados num texto e a planificação, bem como a organização discursiva, tal como são entendidos os tipos de discurso, os quais serão descritos adiante. Num patamar intermédio, os mecanismos de responsabilização enunciativa (BRONCKART, 2003, p. 319-336), explicitam o compromisso enunciativo realizado pelo sujeito (ou sujeitos)

⁵ “Em primeiro lugar, pode definir-se a *atividade de linguagem* como o fenómeno coletivo de elaboração e de pôr em circulação textos cujo objetivo final é estabelecer um acordo sobre o que são os contextos e as propriedades das atividades em geral; trata-se de uma meta-atividade que (re-)semiotiza as representações humanas no quadro das possibilidades disponibilizadas por uma língua natural. Pode então definir-se a *ação de linguagem* como uma parte de essa atividade, cuja responsabilidade é imputada a um agente singular. Como qualquer ação, a ação de linguagem apresenta tanto uma dimensão comportamental ou física (...) quanto uma dimensão social (...).” (tradução minha).

⁶ Destaca-se que Voloshinov (1992: 133), um dos autores de referência na perspetiva sociointeracionista, ainda que considere o enunciado em esferas sociais específicas, tal como Saussure, valoriza o espaço social na construção do sentido nas produções verbais.

presente(s) no texto, detetado pelo estudo das vozes e das modalizações que evidenciam os julgamentos e as avaliações expressas pelas vozes. O último subsistema refere-se aos mecanismos de textualização (BRONCKART, 2003, p. 259-271). Estes mecanismos regulam a consistência temática de um texto e avaliam o emprego da coesão nominal e da coerência através de séries de isotopias, que poderão ser distintas de texto para texto e de dimensão variável.

De destacar os já mencionados tipos de discurso como unidades intermédias que traduzem no plano linguístico quatro mundos discursivos do plano mental, constituindo os géneros textuais e compondo os textos (BRONCKART, 2003, p. 149). As interseções resultantes de um eixo (vertical) da temporalidade e de um eixo (horizontal) da atorialidade dão conta de quatro tipos de discurso: discurso interativo e discurso teórico na ordem do expor, e relato interativo e narração para a ordem do narrar. Também designados modos enunciativos, os tipos de discurso são linguisticamente definidos a partir de operações de conjugação e de disjunção com o momento da enunciação, isto é, uma ordem do expor congrega segmentos textuais em conjugação com o momento da enunciação e uma ordem do narrar potencia segmentos textuais disjuntos do momento da enunciação. Além disso, os tipos de discurso interativo e relato interativo refletem um sujeito implicado enunciativamente e o discurso teórico e a narração apontam para a presença de um sujeito autónomo (BRONCKART, 2003, p. 137-216). Embora seja a regularidade das formas e das construções linguísticas que possibilitam a identificação dos tipos de discurso, como foi evidenciado, estes resultam de mundos discursivos ou de arquétipos psicológicos, pelo que este instrumento é vital no estudo do agir baseado nos textos.

Esta investigação convoca ainda o quadro geral da semiótica social, cuja designação remete para a abordagem teórico-metodológica vinculada na linguística sistémico-funcional com início na década de 1980. Por um lado, a semiótica social reaprecia a noção de signo da tradição saussuriana herdada da escola semiótica de Paris (na qual se assinalam os trabalhos de Barthes, e.o.); por outro lado, apresenta uma abordagem da linguagem sustentada nas funções da linguagem propostas por Halliday (1973, p. 101), ao afirmar que a linguagem, no contexto da cultura, enquanto sistema semiótico, não é um código, mas antes um recurso com potencial gerador de produzir sentidos (HALLIDAY, 1978, p. 191-2).

Assim, de acordo com van Leeuwen (2005, p. xi), o objeto de estudo da semiótica social é o signo, no contexto de produção de situações e práticas sociais identificadas. É neste

entendimento que todos os signos ou recursos são considerados relevantes e que se distribuem em (diferentes) modos semióticos que interagem na construção e interpretação dos artefactos. Destituídos de qualquer tipo de normatividade, os modos semióticos descrevem a maneira como são geridos os recursos semióticos, num determinado contexto e atendendo a entidades e práticas sociais específicas, pelo que a semiótica social é igualmente uma prática de análise que pretende salientar a riqueza e complexidade da produção e interpretação semióticas, assim como a diversidade de meios envolvidos.

Neste trabalho, será considerada particularmente a abordagem de análise semiótica da GDV, de Kress e van Leeuwen (2006), inspirada nas três metafunções da linguagem de Halliday. Estas metafunções, ideacional, interpessoal, textual, atuam de forma interativa na construção do texto e potenciaram identificar as três metafunções da GDV para a análise combinada dos diferentes modos semióticos, verbais e não verbais. A abordagem multimodal dos elementos semióticos traduz-se nas funções representacional (representação de aspetos do mundo tal como são vividos pelos sujeitos), interacional (representação da relação social entre o produtor, o recetor e o objeto representado) e composicional (representação da construção de diferentes significados textuais).

Conjugar-se-á, então, a proposta sociointeracionista para a análise dos elementos verbais e a da GDV para os elementos não verbais, as imagens ou fotos dos autores dos textos jornalísticos. Uma análise coordenada é possível a partir de alguns pontos de contacto entre as duas perspetivas. Além da ênfase dada ao contexto sociocultural como estruturador do significado e do texto como produção de uma mensagem organizada que visa a provocar um efeito sobre o destinatário, há que evidenciar ainda a problemática de signo, fundamental no estudo da linguagem em geral, e, especialmente, para o ISD e a GDV inscritos na tradição saussuriana⁷.

Esta problemática é fundada na noção de signo veiculada no *Cours de linguistique générale* que remete para a preexistência de ideias relativamente às palavras (SAUSSURE, 1967, p. 97-103): o signo linguístico, enquanto entidade psíquica bifásica, une um conceito — o significado — e uma imagem acústica — o significante. A esta noção estão também tradicionalmente associadas as propriedades da arbitrariedade do signo (não motivado) e a linearidade do significante.

⁷ Sobre este assunto, cf. também Leal (2011, p. 169-174).

Ora, para a GDV, o signo é uma noção central. Nessa perspectiva, o signo nunca é arbitrário e é sempre motivado relativamente ao produtor e ao contexto no qual esse mesmo signo é produzido, o que pressupõe uma ligação direta ao ato de significação. De facto, a noção de signo tradicionalmente veiculada através do *Cours* está tão enraizada na cultura linguística que Kress & van Leeuwen proferem o seguinte:

where de Saussure had (been assumed to have) said that the relation of signifier and signified in the sign is arbitrary and conventional, we would say that the relation is always motivated and conventional. Where he had seemingly placed semiotic weight and power with the social, we wish to assert the effects of the transformative role of individual agents, yet also the constant presence of the social: in the historical shaping of the resources, in the individual agent's social history, in the recognition of the presence conventions, in the effect of the environment in which representation and communication happen.⁸ (KRESS; van LEEUWEN, 2006, p. 12-13)

Contudo, são vários os estudiosos que assinalam (BULEA BRONCKART 2010, RASTIER 2003, e.o.) que a edição do *Cours*, organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, contrasta com os manuscritos do autor descobertos postumamente e com outras versões da mesma obra, produzidas com critérios de edição crítica⁹ e mais fiéis às notas dos alunos de Saussure. Esses documentos exibem portanto os problemas das obras cuja versão impressa não é revista pelo autor (RASTIER, 2003, p. 24-25). Uma noção que tem sido particularmente debatida é a do signo. Aparentemente em contradição com a noção de signo apresentada no *Cours*, a mesma obra expõe que:

La langue est un système de signes exprimant des idées, et par là, comparable à l'écriture, à l'alphabet des sourds-muets, aux rites symboliques, aux formes de politesse, aux signaux militaires, etc., etc. Elle est seulement le plus importante de ces systèmes.
On peut donc concevoir *une science qui étudie la vie des signes au sein de la vie social* [...] (SAUSSURE, 1967, p. 33)

⁸ “onde Saussure disse (foi assumido que disse) ser a relação do significado e do significante no signo arbitrária e convencional, nós diríamos que a relação é sempre arbitrária e convencional. Onde o autor aparentemente identificou o valor da semiótica e relacionou o poder com o social, pretendemos reiterar as ações transformadoras dos indivíduos como agentes, além da omnipresença do social: na moldagem histórica dos recursos, na história do indivíduo agente social, no reconhecimento das convenções atuais, no efeito do ambiente no qual a representação e a comunicação se dão.” (tradução minha).

⁹ Refiro-me, por exemplo, à edição com notas e comentários de Tullio de Mauro utilizada neste trabalho (SAUSSURE, 1967).

¹⁰ “A língua é um sistema de signos que expressa ideias, e por isso, é comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos rituais simbólicos, às formas de cortesia, aos sinais militares, etc., etc. A língua é apenas o mais importante dos sistemas.

Logo, pode conceber-se *uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social*[.]” (tradução minha).

Estas palavras indiciam que a noção bifásica de signo foi excessivamente banalizada (como, por exemplo, a oposição criada entre *língua e fala*), desligando-a de outros aspetos do pensamento de Saussure. Ou seja, segundo Bulea Bronckart (2005, s/p), a essência dupla do signo revela uma coerência própria que reside num princípio de estruturação interna de união dual, a discretização arbitrária, em que o fenómeno linguístico, simultaneamente físico e mental, é revelador do processo de produção de sentido. Por isso, a mesma autora afirma que “n’étant ni pré-structuré, ni unilatéralement structuré (par les sons ou par les idées) selon un principe qui lui serait dès lors antérieur et externe, l’essence double ignore toute organisation préétablie, pour s’établir *en et selon* un ordre propre”¹¹ (BULEA BRONCKART, 2005, s/p).

Também Rastier (2003, p. 31) sustenta que a relação significante/significado concretiza a relação língua/fala: se, por um lado, a palavra naturaliza a ordem da língua e o contexto impõe modificações, por outro lado, a língua apresenta-se como uma “formação hipotética, reconstruída a partir das regularidades de um *corpus*”, pelo que deve ser considerada um suporte orientador para a interpretação das produções/ocorrências reais. O autor observa o signo como um momento do percurso interpretativo, uma *passagem*, corroborando o primado do global, o texto, sobre o local, o signo. Nesse sentido, a interpretação do texto depende do potencial modificador da leitura, pelo que a estrutura do texto deverá ser considerada pelas relações estabelecidas ao nível das estruturações locais (RASTIER, 2003, p. 34).

Da mesma forma, Bulea Bronckart assegura que o arbitrário em Saussure não corresponde à aceção aristotélica de relação imotivada entre duas entidades. Para Saussure, a arbitrariedade prende-se com os conceitos e a imagens acústicas ao nível psicológico, na medida em que este mesmo nível não assegura qualquer correspondência entre significado e significante, pois a geração de unidades semióticas revela-se no social (BULEA BRONCKART, 2005, p. 8) e, de acordo com a mesma autora, no texto. Bulea Bronckart (2014, p. 518) estabelece um paralelismo entre a noção de signo e o que chama de “natureza semiológica dos textos” do modelo de arquitetura textual do ISD (BULEA BRONCKART, 2014, p. 518), relacionando o carácter bifásico das entidades semióticas com a planificação do conteúdo temático (na vertente do *conteúdo*) e com a organização dos tipos de discurso (na vertente da *expressão*). É, então, de compreender o signo em múltiplos patamares de análise linguística, inclusive, como uma macroestrutura que reúne um conjunto de signos.

¹¹ “não sendo nem preestruturado, nem unilateralmente estruturado (pelos sons ou pelas ideias) segundo um princípio que lhe é desde logo prévio e externo, a essência dupla ignora qualquer organização preestabelecida, para se estabelecer em e de acordo com uma ordem própria” (tradução minha).

Os trabalhos de Bulea Bronckart e de Rastier estimulam explorar o potencial da noção de signo a partir de Saussure: ao invés de uma unidade concebida isoladamente, o signo é (re)configurador de sentidos assente no uso e em relação com outros signos. Conseqüentemente, a ideia da teoria saussuriana sobre a linguística ser entendida de modo holístico com vários tipos de análise (morfologia, gramática, sintaxe, estilística, lexicologia...), designada por Saussure de *semiologia* (BULEA BRONCKART, 2010, p. 55-56), ou semiótica, é precursora de outras vias contemporâneas. Com efeito, a noção de signo tal como pensada globalmente por Saussure é mais próxima da semiótica social do que foi entendida. Além disso, considerando que o social é a fundação de qualquer prática de linguagem, estamos, de algum modo, perante uma (outra) ideia de semiótica social. Da mesma maneira, outro entendimento de gramática é igualmente possível além da noção de unidades de limites circunscritos ou signos na aceção convencional. Aliás, a noção de gramática no âmbito da GDV é de natureza descritiva, contrariamente a uma conceção corrente que valoriza uma tendência normativa, ressaltando as relações regulares que se estabelecem entre os signos. Também a noção de gramática para o ISD pode ser entendida ao nível da relação existente entre os tipos de discurso e o género textual na sequência do entendimento do signo como uma unidade de significação: a relação das unidades que emergem numa base contínua e recorrente, descrevendo o texto e caracterizando o género. Esta interpretação está naturalmente distante do uso de “gramática” pelos projetos das gramáticas textuais, nos anos setenta do século XX, que pretenderam ser uma transposição da gramática generativa para a matéria do texto, e, portanto, de qualquer compreensão simplista de *gramática* alargada da frase para o texto. Os diversos estudos sobre o comentário que se seguem rejeitam igualmente uma análise transfrásica do texto e valorizam o contexto socioenunciativo de produção.

2. Estudos sobre o comentário jornalístico

Considerando uma perspectiva de análise do discurso, no século XVII, a emergência da imprensa tem por base um género primitivo, a notícia curta, pelo que o aparecimento de outros géneros jornalísticos é posterior a 1800 (GROSSE, 2001)¹². Neste período, emergem outros géneros de textos ou formas textuais de transição para outros géneros, como, por exemplo, textos aos quais são acrescentados elementos de comentário no decurso de narrações

¹² Grosse (2001, p. 21-25) menciona um estudo realizado sobre a Gazeta de Mântua.

mais ou menos factuais. É em paralelo com os ideais românticos de expressão do sujeito que, no século XIX, surgem os chamados géneros de opinião ou de comentário (GROSSE, 2001, p. 20), produzidos sem filiação relativamente a um dito género jornalístico original e tendo por base o ensino da retórica clássica nas escolas e universidades da Europa. O modelo textual de inspiração foi uma macroestrutura alicerçada na oratória (*exordium, narratio, argumentatio, conclusio*), combinado com um estilo igualmente retórico, para os géneros que no presente se designam de *editorial, carta do leitor e comentários*. A par da informação, estes primeiros géneros de comentários foram igualmente promovidos por motivos ideológicos, durante a Revolução Francesa, pela valorização da opinião e do debate, em França e nos países aderentes aos ideais jacobinos.

De igual modo, de Broucker¹³, referido por Adam (1997, p. 8), distingue dois posicionamentos enunciativos intrínsecos à atividade jornalística, diferenciando géneros de informação e géneros de comentário, o que é sustentado por critérios de ordem semântica, argumentativa, pragmática e enunciativa. De Broucker identifica, entre outros, como géneros de informação a *notícia curta, a coluna, a reportagem e a entrevista*, e como géneros de comentário o *editorial, a recensão e comentários de vários tipos, tais como o comentário interpretativo e o comentário expressivo*.

Embora Cortez (2015) considere inconsistente a oposição entre géneros de informação e géneros de comentário, perante a ausência de diferenças linguístico-discursivas significativas, é inevitável constatar que um jornal é composto por géneros mais factuais e outros mais opinativos. De qualquer modo, registre-se a tese que defende, a partir de Emediato (2013¹⁴, p. 70 apud CORTEZ, 2015, p. 19): o mais relevante não é a presença ou ausência de opinião, mas a gestão das vozes e dos pontos de vista dos enunciadores relativamente à apresentação dos factos.

Num trabalho enquadrado na teoria das operações enunciativas, Correia e Pereira (2015) procedem à análise comparativa de dois textos, etiquetados *comentário e opinião*, observando formas e construções linguísticas que constroem a referência nominal e a referência temporal. As conclusões apresentadas mostram, efetivamente, que os dois textos estão relacionados, contudo apresentam particularidades próprias. Do ponto de vista da referência nominal, em ambos os textos verifica-se um conhecimento pré-construído de diferentes entidades através

¹³ BROUCKER, J. de. *Pratiques de l'information et écritures journalistiques*, 1995 Paris: CFPJ.

¹⁴ EMEDIATO, W. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, W. (org.), *A construção da opinião na mídia*, 2013. Belo Horizonte: FALE/UFMG.

de expressões definidas, no entanto, no *comentário* assumem uma natureza gnômica e no texto *opinião* o conhecimento está ancorado num espaço-tempo delimitado (CORREIA; PEREIRA, 2015, p. 49-50). Além disso, do ponto de vista da temporalidade, no *comentário* observa-se uma predominância de tempos gramaticais que desencadeiam uma rutura em relação a Sit₀, e no texto *opinião* são predominantes os tempos gramaticais ancorados em Sit₀. No entanto, tanto no *comentário* como no texto etiquetado *opinião*, há “rutura entre os sujeitos dos enunciados (3ª pessoa) e o sujeito enunciador S₀” (CORREIA; PEREIRA, 2015, p. 57).

Por fim, Teixeira (2016) retoma o estudo de Correia e Pereira (2015) para sugerir uma preferência pelo uso do marcador autorreferencial *opinião* no contexto português. Constata que os dois marcadores *comentário* e *opinião* têm um uso equivalente na construção do ponto de vista pessoal, e que, apesar de uma construção referencial distinta, ambos servem a atividade jornalística na atividade de linguagem de *comentar*. Alguns destes aspetos serão recuperados na descrição da constituição do *corpus* e na análise dos textos que se seguem.

3. *Corpus* e metodologia

Para este estudo, foi coligido um *corpus* restrito de um total de dezoito textos jornalísticos¹⁵, representativos da atividade jornalística portuguesa contemporânea em Portugal, em contextos de imprensa escrita e de imprensa digital. Nesse sentido, oito dos autores integram o estudo com dois textos e somente dois com um texto.

O primeiro critério de seleção de textos foi a apresentação dos marcadores autorreferenciais *comentário* e/ou *opinião* nos textos. Considerando os mencionados trabalhos de Correia e Pereira (2015) e Teixeira (2016) sobre textos jornalísticos com estes marcadores, verificou-se oscilação na apresentação dos marcadores nos textos da imprensa escrita e digital (por exemplo, a dupla etiquetagem em T10, a apresentação de um título temático para a coluna e a ausência de etiqueta em contexto de papel, com posterior apresentação de etiqueta *opinião* no formato internet e sem o título da coluna, em T14 e T18). Foram admitidos dois textos sem marcadores (T11 e T14) em contexto de imprensa escrita, mas com uma coluna que tematicamente se identifica com os assuntos observados (como se verá no critério seguinte) e que, num contexto digital, os textos estão acessíveis a partir do item *opinião*. O segundo critério tido em conta refere-se à temática, já que se procurou uma homogeneidade

¹⁵ A listagem dos textos encontra-se no final deste artigo.

com textos sobre política ou sobre Portugal. Finalmente, foi dado destaque a 2015 com doze textos, particularmente aos últimos meses deste ano, para uma descrição mais atualizada da prática de comentário jornalística portuguesa, tendo sido ainda apresentados seis textos dos anos de 2004, 2006, 2013 e 2014 para assegurar uma maior diversidade de análise social e linguística.

Metodologicamente, utilizou-se uma abordagem sociointeracionista, o que implicou uma análise textual de movimento descendente, considerando o contexto coletivo e o género textual até ao texto propriamente dito e respetivas formas e construções linguísticas. Numa segunda fase da análise, foi empreendido um movimento ascendente que relacionou as questões microlinguísticas com outros aspetos de carácter social e que apresentam o texto aos olhos do leitor.

4. Análise de textos

Neste ponto, proceder-se-á à análise do *corpus*, convocando os instrumentos do ISD e da GDV apresentados. Primeiramente, ter-se-á em conta a observação dos aspetos que introduzem o texto e que o relacionam com o jornal e/ou a plataforma digital e, depois, as estruturações locais.

4.1 Imagens, nomes e marcadores autorreferenciais

Além do título, os primeiros elementos que o leitor reconhece, ou através dos quais começa por construir um significado textual, são a imagem, em coocorrência com o nome e, quando é o caso, o respetivo aposto socioprofissional, além do marcador autorreferencial.

Relativamente à imagem, todos os textos apresentam fotografias do autor, tendo sido observado um total de dez imagens no *corpus*¹⁶; destas, somente duas (T8, T9, T10) eram a preto e branco. Estas imagens ocorrem sempre no topo do texto (ou no topo do écran), no canto superior esquerdo (à exceção de T1 e T2 em posição central), pelo que assumem uma posição reservada para a informação que mais apela ao leitor. Os autores apresentam-se num *close-up* de plano frontal (T8, T9, T12) ou em variantes deste plano: numa posição ligeiramente oblíqua para a esquerda (T6, T11, T14, T18) ou para a direita (T1, T3, T4, T5, T7, T10, T13, T15, T16, T17), logo os leitores identificam o autor do texto através de uma

¹⁶ À exceção da fotografia de T2 excluída por falta de qualidade da mesma durante o registo em *scan*.

foto de cabeça e ombros cujo olhar se centra na direção do leitor, procurando-se uma relação de proximidade com o mesmo ou simulando um diálogo. Estas imagens aparecem maioritariamente alinhadas com o título (elemento que também apela à leitura), num enquadramento emoldurado ou não, e em formato de base quadrangular ou circular. Julga-se que estes últimos aspetos se devem a opções estéticas da responsabilidade do jornal.

No que toca à aparência dos autores, apesar de se verificarem ligeiras variações que se pensa estar relacionadas com a personalidade de cada um (alguns autores têm uma simpatia natural, podendo esboçar um sorriso de boca fechada), de uma maneira geral, surgem serenos e assertivos. Do mesmo modo, se adivinha que um autor tem os braços cruzados, num posição de confiança, enquanto que outros evidenciam uma posição mais descontraída. No que concerne à indumentária, as autoras podem apresentar uma blusa com casaco de malha ou *t-shirt* de algodão, mas os autores apresentam-se de camisa (preferencialmente clara ou branca), eventualmente conjugada com um casaco. No primeiro caso, estar em mangas de camisa (ou blusa) cria uma perceção de ação, de quem gosta de discutir as ideias, no segundo caso, da predominância de imagem idónea no debate. Contudo, a diferença é ténue e os dois casos pretendem transmitir ao leitor que os autores são pessoas com capacidade de formular um juízo de opinião sério e merecedor da sua atenção. Por exemplo, na imagem 1 (imagens reproduzidas abaixo), verificamos que a autora surge, a preto e branco em formato quadrangular, num plano que se dirige frontalmente para o interlocutor; apresenta, ainda, um sorriso cerrado, o que lhe confere um ar afável e cordial, de alguém em quem é possível confiar. Estes traços são acentuados pela feminilidade do sujeito, consentânea com a roupa que veste. Na imagem 2, o sujeito aparece num plano frontal, ligeiramente oblíquo com uma rotação de ombros e cabeça à direita (na perspetiva do leitor), esboçando um sorriso para o leitor a quem aparenta olhar de frente. A indumentária revela-se, simultaneamente, profissional e descontraída: o autor mostra-se de casaco e camisa e adivinha-se que tem os braços cruzados, o que, juntamente, com um olhar decidido, poderá indicar uma opinião de alguém confiante. Uma moldura circular transmite uma estética contemporânea e sofisticada por parte do jornal.

Imagem 1: Fotografia da autora de T8 e T9**Imagem 2:** Fotografia do autor de T7 e T13

O nome ocorre igualmente próximo à imagem, que se considera uma explicitação no texto da responsabilização enunciativa do sujeito. Este tem a mesma função que a imagem, isto é, identificar a identidade do sujeito. Independentemente de poder atuar como um reforço da imagem, no caso do leitor já ter identificado o autor, o nome também poderá ser o primeiro elemento de reconhecimento da identidade do autor. A presença de qualquer aposto socioprofissional, elemento não obrigatório, do tipo *colunista*, líder político ou professor universitário, sugere que este serve para intensificar qualitativamente a opinião apresentada. Sucede no final de T9, “PROF. ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO DA UMINHO”, e de T14, “Historiador, dirigente do Livre” [partido político]. No entanto, o mundo digital proporciona múltiplas formas de apresentar os colaboradores sem se restringir ao universo da página em leitura, podendo os colunistas ser identificados noutra espaço, com direito a biografia personalizada como na versão digital do jornal *Público* (www.publico.pt).

No que se refere ao uso dos marcadores autorreferenciais *comentário* e *opinião*, do total de dezoito textos, três apresentaram a etiqueta *comentário* e onze a etiqueta *opinião*. Além destas ocorrências, destacam-se ainda dois casos: a dupla etiquetagem e a ausência de etiqueta. No primeiro caso, T10 e T12 são textos que apresentam duas etiquetas. Em T10, coocorrem os dois marcadores autorreferenciais especialmente próximos: em primeiro lugar, *opinião* e, em segundo lugar, *comentário*, o que significa que, neste caso, *opinião* funciona como um organizador textual dos conteúdos jornalísticos (atendendo que é uma etiqueta de uso recorrente na publicação) e *comentário* como designação da ação de linguagem do sujeito. Quanto a T12, o texto é apresentado na página principal do portal *Sapo* integrado no leque das “crónicas exclusivas”, sendo que na página do texto propriamente dito, é apresentado como *opinião*. Em T11 e T14, é privilegiada a tematização dos factos, visto que os textos são apresentados em colunas intituladas *Nação Valente* e *Consoante Muda*.

Embora se observe um *corpus* restrito, é possível deduzir que há uma flutuação¹⁷ no uso dos marcadores autorreferenciais *comentário* e *opinião*, verificando-se uma preferência por este último, o que provavelmente se deve à emergência de um novo gênero digital, o(s) comentário(s) do(s) leitor(es). A menor utilização de *comentário* dever-se-á ao propósito de evitar ambiguidades. Assim sendo, o que *marcam* os marcadores autorreferenciais?

Relembre-se que estes têm um importante desempenho ao nível da organização ou gestão textual dos diferentes gêneros de texto de um jornal. De acordo com Adam (1997, p. 4-5), há categorias jornalísticas que apontam o gênero discursivo em que se integram ou que indicam a área temática à qual pertence o texto, pelo que é um facto que as etiquetas atuam na organização do jornal. Considerando que todas as representações são construídas e disseminadas socialmente, estas etiquetas poderão constituir uma espécie de “microteoria económica” da comunicação, tal como formuladas por Py (2004, p. 6-8): facilmente compreensíveis, descomplexificam a interpretação da ação em curso, mesmo que não sejam de uso partilhado, permitindo reagir à sua utilização, pois estão revestidas de uma aparência de legitimidade.

Posto isto, é importante sublinhar que os gêneros textuais se encontram em constante mudança (como qualquer elemento linguístico), logo, é teoricamente impossível dar conta de todos os modelos textuais. Independentemente do marcador utilizado, *comentário* ou *opinião*, considera-se que os marcadores autorreferenciais retratam uma prática de atividade jornalística, que compreende a opinião ou um posicionamento enunciativo sobre um tema e alude diretamente às relações entre ação de linguagem e textos:

Em outros termos, a uma unidade psicológica constituída pela ação, podem corresponder unidades comunicativas variadas e isso não constitui senão uma reformulação da relação de dependência *não mecânica* entre situações de ação e textos empíricos... (BRONCKART, 2003, p. 100)

¹⁷ Durante a finalização deste trabalho, tive conhecimento que M. Gonçalves (2015) também constatou esta inconstância ao nível dos marcadores discursivos *comentário* e *opinião*.

4.2 Aspetos enunciativos, temporais e referenciais

Na sequência dos aspetos teóricos mencionados sobre a formulação do ponto de vista, e de acordo com o estudo do agir e respetivos dispositivos de análise sociointeracionistas, privilegiar-se-ão os tipos de discurso, assentes nos eixos da atorialidade e da temporalidade, como instrumento global de análise. Em consonância com os tipos de discurso, a análise visa três aspetos: enunciativos¹⁸, temporais e referenciais. Este último aspeto depende diretamente do primeiro e da perceção que o sujeito tem do mundo, revelando o modo como constrói linguisticamente o tema, isto é, como estrutura o seu conhecimento acerca do referente.

Relativamente ao primeiro ponto, verificou-se que os sujeitos se responsabilizam pelas suas palavras ou atribuem a responsabilidade a outro. Os sujeitos assumem o seu pensar expressando-se na 1ª p. do singular (“O que a meu ver resulta” T10, “Apoio a medida” T11), atenuando a responsabilidade enunciativa através do coletivo na 1ª p. do plural (“Já deveríamos ter aprendido” T6, “somos ainda desastrados na gestão dos nossos cartões de visita” T8) ou simulando interatividade com o interlocutor (“Querem mais?” T12, “Sim, a direita perdeu a maioria absoluta. Não, o PS não ganhou as eleições.” T16). Por outro lado, os sujeitos delegam a responsabilidade enunciativa por meio da citação ou reproduzindo o que outros dizem (“Portugal tinha ficado sem «referências»” T4, “Segundo descrições” T11, “Fernando Teixeira dos Santos (...) escreveu.” T17), em frases impessoais (“Vale a pena reler” T12, “Remete para um tempo” T14) ou evocando acontecimentos do conhecimento geral (“As consequências são do conhecimento de todos.” T2, “Toda a gente me dizia que António Costa era um bom negociador. Toda a gente tinha razão.” T18).

No que diz respeito à construção da temporalidade, faz-se empregando formas verbais e localizadores temporais (ou expressões equivalentes): prevalece o foco no momento presente com o presente do indicativo (“é um dos maiores disparates políticos dos últimos tempos” T1, “Catarina Martins tem o partido nas mãos” T12), que pode igualmente ter uma interpretação mais genérica (“a famosa «solidariedade» que hoje se mendiga” T3, “Portugal encontra no turismo” T8). Considerando um contexto mais alargado, o ponto de vista pode ser construído combinando uma enunciação ancorada no momento presente combinada com outros tempos e modos verbais, como por exemplo, o futuro do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, condicional e pretérito imperfeito do conjuntivo (“Agora, segundo previsões (...) registará um

¹⁸ Sublinha-se que se entende “aspetos enunciativos” na perspetiva do ISD e em relação com os mecanismos de responsabilização enunciativa.

pouco mais” T2), “Os detalhes já começaram a encher os espaços informativos” T13, “Daria para rir se não fosse trágico.” T13). Menos frequentes são os exemplos de segmentos localizados no passado que servem para explicar situações presentes (“A UE [União Europeia] foi desde o princípio uma ideia utópica” T3, “Quando a bolsa de Nova Iorque colapsou em 1929” T6).

Por fim, as estratégias utilizadas para designar o referente decorrem do uso de nominais e de expressões denotativas, principalmente com valor argumentativo, pretendendo intensificar a ideia do sujeito sobre o assunto, eventualmente através da reformulação (“Esta sangria demográfica” T2, “O problema é que o Governo” T4, “Quando foi o descalabro” T17, “Banco Espírito Santo, o banco da pátria” T17). Ocorrem ainda profusamente conectores textuais com a intenção de estruturar a organização do pensamento do sujeito (enumeração dos parágrafos de 1 a 5 em T1 e T10, “Primeiro... Agora... Assim” T18) ou igualmente com o propósito de apresentar o que o sujeito pensa, podendo oferecer-se igualmente a uma interpretação argumentativa (“É isto, enfim” T1, “Mas é tudo improvisado.” T4 “Más notícias, portanto.” T4, “A verdade, porém” T10, “porque faça o que quiser quem paga é sempre o mesmo” T17), o que também se pode verificar através de segmentos com expressões denotativas (“Se Catarina Martins chegar mesmo ao Governo, isso passa-lhe. Ou nós, portugueses, é que nos vamos passar.” T12, “Uma festa: serão, na melhor das hipóteses, mais 1,8 euros por mês.” T13, “e eu já estou a ver emprego aos montes” T13).

Em termos de análise dos tipos de discurso, estes aspetos exemplificam-se seguidamente: em T6, texto sobre um escândalo financeiro cujo início se encontra em conjunção com o momento presente (“Voltou nos últimos dias (...) a conversa do «fim de uma era.»”), o produtor do texto apresenta-se tanto numa recriação da interlocução com os leitores (“Não pensem nisso.”) como fazendo parte do coletivo nacional (“Já deveríamos...”), configurando-se o discurso interativo. Nos segmentos posteriores, aprofunda-se uma reflexão acerca do “fim de uma era”, realizada no presente do indicativo com valor genérico (“Uma era só acaba quando é substituída”), pronunciando-se em disjunção com o momento da enunciação no pretérito perfeito do indicativo para um passado mais distante (“Quando a bolsa de Nova Iorque colapsou em 1929”) ou mais próximo (“O consenso social democrata demorou décadas (...) na Europa do pós-guerra”), em segmentos mistos de narração e discurso teórico. A reflexão prossegue novamente no presente do indicativo (“A lição a extrair é que”) para terminar no futuro do indicativo (“Portugal só mudará”), apresentando segmentos de

discursos teórico e interativo. Neste texto, os leitores estão perante uma avaliação de um episódio financeiro, a queda de um banco português e a decadência de uma família poderosa. Contudo, os factos apresentados decorrem de uma interpretação, ou ponto de vista da situação, tal como entendida por um produtor textual com profundos conhecimentos em história e política. Desta maneira, há um agir reflexivo construído na diversidade de circunstâncias históricas apresentadas que depende ideologicamente das opções políticas de esquerda do sujeito (patente no uso recorrente de adjetivos ou ainda do advérbio em “Os vícios do sistema continuarão intocados até que uma ação política consistente, conseqüente e prolongada, protagonizada por novos atores políticos, possa finalmente encerrar esta era.”)

Algumas notas finais (para o futuro)

Neste trabalho, observou-se um *corpus* jornalístico de dezoito textos etiquetados com os marcadores autorreferenciais *opinião* e *comentário*, com base nos princípios do interacionismo social e da semiótica social, em particular, fazendo uso dos instrumentos pertencentes às abordagens do ISD e da GDV. Esta combinação teórica implica considerar o social como fundador da significação e o signo, enquanto unidade linguística, como elemento criado socioculturalmente. Consequentemente, a gramática é uma relação de vários e diferentes signos que ocorrem numa base regular.

A análise do *corpus* revelou que as imagens dos autores do texto mostram os sujeitos numa posição serena e assertiva, criando uma empatia com o leitor e convencendo-o da validade do seu ponto de vista, o que implica um vínculo com a atividade de linguagem jornalística de *comentar* e uma correspondência direta com a sua própria ação de linguagem materializada no objeto que é o texto. A análise dos elementos verbais, que não pretendeu ser exaustiva mas antes exploratória, foi realizada atendendo aos tipos de discurso e de acordo com três aspetos: os aspetos enunciativos, temporais e referenciais. Esta evidenciou que os sujeitos se focam em construir o seu ponto de vista preferencialmente ancorado no momento presente, denotando um agir preocupado em comentar o quotidiano político ou nacional. A análise aferiu ainda categorias gramaticais que poderão ser mobilizadas na observação de outros géneros textuais de *comentar* no âmbito do projeto CoRUs, pelo que se procurará em futuros trabalhos comprovar a presença sistemática de: i) aspetos enunciativos: formas pronominais de 1ª pessoa do singular e plural, bem como de 2ª e 3ª pessoa também no singular e plural; nomes de pessoas; verbos introdutórios da fala de outrem/expressões

atribuidoras da responsabilidade enunciativa a outrem; sinais de pontuação (ponto de interrogação e aspas); ii) aspetos temporais: formas verbais e localizadores (ou expressões) temporais; iii) aspetos referenciais: formas nominais (ou expressões denotativas), adjetivos, conectores textuais (especialmente com valor argumentativo).

Recebido em: março de 2016

Aprovado em: maio de 2016

carla.teixeira@fcs.unl.pt

Referências bibliográficas

ADAM, J.-M. Unités rédactionnelles et genres discursifs. Cadre général pour une approche de la presse écrite. In: *Pratiques*, 1997. n° 94. Paris: Nathan, pp. 3-18. Disponível em: http://www.pratiques-cresef.com/p094_ad1.pdf. Acesso em: 14 set. 2013.

BRONCKART, J.-P. *Textos e Discursos. Por um Interacionismo Sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC, 2003.

_____. Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. In: *Texto!*, 2008. XIII, 1. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>. Acesso em: 19 jul. 2013.

BRONCKART, J.-P.; Stroumza, K. Les types de discours comme traces cristallisées de l'action du langage. In: *Les analyses de discours au défi d'un dialogue romanesque*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2002, pp. 213-263.

BULEA BRONCKART, E. Est-ce ainsi que les signes vivent? In: *Texto! Textes et cultures*, 2005. vol. 10, n° 4. Disponível em: <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:54952>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. *La langue au service du texte?* In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 2010, pp. 55-76. Disponível em: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5c%20ecaterina%20bulea.pdf. Acesso em: 16 de mar. 2016.

_____. Le modèle d'analyse de textes élaboré dans le cadre de l'ISD et son exploitation didactique. In: *Eutomia*, 2014. n°. 13, pp. 511-531. Disponível em: <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:54956>. Acesso em: 14 de mar. 2016.

CORREIA, C. N.; PEREIRA, S. P. Formas e Construções linguísticas no Português Europeu: ferramentas referenciais e género textual. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 2015. 16 (1), pp. 48-60. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/12247>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CORTEZ, S. L. Representação do discurso outro e construção de ponto de vista em reportagens e artigos de opinião. In: *Revista Investigações*, 2015 vol. 28, nº Especial/dezembro, pp.1-32.

GONÇALVES, M. Commentaire ou opinion? Réflexions autour d'un genre en voie de stabilisation. Comunicação. *Colloque international interdisciplinaire. Le commentaire: du manuscrit à la toile. Modes d'interventions et dispositifs techniques*, 2015. Université Libre de Bruxelles.

GROSSE, E.-U. *Evolution et typologie des genres journalistiques. Essai d'une vue ensemble*. In: *Sémen 13, Genres de la presse écrite et analyse des discours*, 2001. Paris: Presses Universitaires Franc-Comtoises, pp. 15-36.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.

_____. *Language as social semiotic. The social interpretation of the language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge, 2006.

LEAL, A. *A organização textual do gênero textual cartoon: aspectos linguísticos e condicionamentos não linguísticos*. Tese de doutoramento em Teoria do Texto. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA, 2011. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6646>. Acesso em: 8 de mar. de 2016.

LEAL, A.; TEIXEIRA, C. *Textos e gramática em publicidade: avaliação de práticas linguístico-textuais*. In: *Estudos Linguísticos/ Linguistic Studies*, 2016. (no prelo)

PY, M. B. Pour une approche linguistique des représentations sociales. *Langages — Représentations métalinguistiques ordinaires et discours*, 2004. 158, pp. 6-19. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_2004_num_38_154_943. Acesso em: 21 dez. 2015.

RASTIER, F. Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée. In: Bouquet, S. éd., *Saussure, Cahiers de l'Herne*, 2003, pp. 23-51.

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Bally, C. e Séchehaye, A. (org.). Edição crítica de Tullio de Mauro. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1967.

TEIXEIRA, C. *Representações, opiniões e comentários*. [working paper] In: *Cadernos WGT, Representação* (no prelo), 2016. Lisboa: CLUNL.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. Routledge: New York, 2005.

VOLOSHINOV, V. *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Tradução Tatiana Bubnova de Madrid: Alianza, 1992.

Anexo: Textos jornalísticos analisados

Texto	Título	Etiqueta	Autor	Publicação/Data
T1	Um tiro no pé	Comentário	José Carlos de Vasconcelos	Revista <i>Visão</i> , 7 de outubro de 2004 (imprensa escrita)
T2	Lisboa em vias de extinção	Comentário	Helena Roseta	Revista <i>Visão</i> , julho de 2006 (imprensa escrita)
T3	A esquerda e a direita continuam em 1988	Opinião	Vasco Pulido Valente	Jornal <i>Público</i> , 30 de novembro de 2013 (imprensa digital)
T4	É tudo improvisado	Comentário	Leonete Botelho	Jornal <i>Público</i> , 16 de novembro de 2014 (imprensa digital)
T5	Fogo controlado	Opinião	Leonete Botelho	Jornal <i>Público</i> , 7 de março de 2014 (imprensa digital)
T6	As eras não acabam sozinhas	Opinião	Rui Tavares	Jornal <i>Público</i> , 6 de agosto de 2014 (imprensa digital)
T7	Para ser candidato presidencial é necessário ser comentador numa televisão?	Opinião	José Manuel Fernandes	Jornal <i>O Observador</i> , 25 de fevereiro de 2015 (imprensa digital)
T8	Turismo desbaratado	Opinião	Felisbela Lopes	<i>Jornal de Notícias</i> , 24 de julho de 2015 (imprensa digital)
T9	Candidatos inábeis	Opinião	Felisbela Lopes	<i>Jornal de Notícias</i> , 21 de agosto de 2015 (imprensa digital)
T10	Uma campanha 'decisiva'	Opinião/Comentário	José Carlos de Vasconcelos	Revista <i>Visão</i> , 24 de setembro de 2015 (imprensa escrita)
T11	Com os copos	Sem etiqueta (coluna intitulada: Nação Valente)	João Pereira Coutinho	Jornal <i>Correio da Manhã</i> , 11 de outubro de 2015 (imprensa escrita)
T12	Catarina (ministra) Martins	Opinião/Crónica	António Costa	<i>Sapo24</i> , 2 de novembro de 2015 (imprensa digital)
T13	Acabou a austeridade. Reformados vão ter aumento de 1,8 euros	Opinião	José Manuel Fernandes	Jornal <i>O Observador</i> , 5 de novembro de 2015 (imprensa digital)
T14	Morte aos doutores!	Sem etiqueta (coluna intitulada:)	Rui Tavares	Jornal <i>Público</i> , 30 de novembro de 2015 (imprensa escrita)

		Consoante muda)		
T15	Uma história à portuguesa	Opinião	Vasco Pulido Valente	Jornal <i>Público</i> , 5 de dezembro de 2015 (imprensa escrita)
T16	A crise profunda dos socialistas europeus	Opinião	Ana Sá Lopes	Jornal <i>i</i> , 21 de dezembro de 2015 (imprensa digital)
T17	A regulação não regula bem (mas já sabíamos...)	Opinião	Ana Sá Lopes	Jornal <i>i</i> , 22 de dezembro de 2015 (imprensa digital)
T18	Dar a patinha	Opinião	João Pereira Coutinho	Jornal <i>Correio da Manhã</i> , 27 de dezembro de 2015 (imprensa digital)